



VI CONGRESSO DE EXTENSÃO DA AUGM

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFRJ: O EXEMPLO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Renata Bastos da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES).

E-mail: renatabastos@ippur.ufrj.br

Resumo: A lei de diretrizes básicas da educação nacional (LDB), nº 9.394, de 1996, em seu artigo 9º, definiu que a União é responsável por elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE), em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A LDB também estabelece que a União encaminha ao Congresso Nacional o PNE, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, organizada pela Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. O PNE foi publicado, através da lei nº 10.172, assim, com vigência de 2001-2011, considerando os aspectos para a formação universitária e o fortalecimento da relação ensino, pesquisa e extensão. Nesse PNE já constava o objetivo de implementação do programa de desenvolvimento da extensão universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior, como também definiu como meta que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a formação em cursos de graduação no país seria reservado para a atuação dos discentes em ações extensionistas. No seguinte PNE, 2014 - 2024, se retoma o tema, referendando a curricularização das ações de extensão universitária. Assim, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 2013 promoveu um amplo debate em sua Plenária de Extensão Universitária, até a criação, em 2019, do Conselho de Extensão Universitária; e, como desdobramento, a implantação da creditação de extensão nos cursos de graduação da universidade. Pretendemos apresentar a síntese dos trabalhos da referida plenária de extensão que redundaram na incorporação, nos currículos de graduação, da creditação das horas de extensão. Partindo do contexto e da legislação acima mencionada vamos primeiro revelar a metodologia adotada para tratar do tema da implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFRJ. Ato contínuo vamos tratar do assunto através do exemplo do curso de graduação Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES), que envolveu o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), o qual o GPDES faz parte. Como uma consequência imediata o CCJE criou a Câmara de Extensão do centro; a qual apoia e orienta todas as ações de extensão das unidades que compõe o CCJE. Por fim, vamos revelar uma das ações de extensão que construímos e a disciplina, prevista no currículo, que dá apoio aos discentes para a realização das atividades de extensão no âmbito do GPDES.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação. Creditação de extensão. Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social.

Financiamento: Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROFAEX/UFRJ

Referências Bibliográficas:

BRASIL. . LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação -



Asociación de Universidades
GRUPO MONTEVIDEO



UNICAMP



VI CONGRESSO DE EXTENSÃO DA AUGM

PNE e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

Acesso 30 jan. 2023.

CRISTOFOLETTI, E. C. SERAFIM, M. P. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. In: Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e90670, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/jY9GgBb45W8YhHLQYCggLNt/?lang=pt#>

Acesso em 11 mar. 2023.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

Eixos temáticos:

1. Institucionalização da Extensão Universitária
4. Formação de Cidadania, Direitos Humanos e Inclusão